

BASES TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROTESTANTE NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Douglas Lima da Costa

Universidade Federal de Sergipe - UFS

advdouglascosta@gmail.com

RESUMO

A presente comunicação pretende apresentar os elementos pedagógicos que subsidiaram as práticas formativas protestantes no período que vai do Brasil Império ao Período Republicano. Uma questão norteadora apresenta-se nesse contexto: quais ideias fundamentais embasam a educação protestante tal como manifestada na quadra em discussão? O objetivo é compreender o quadro teórico que orientou a atuação e a dinâmica das missões protestantes no Brasil a fim de identificar sobre quais bases a educação protestante aqui se firmou. Subsidiariamente, espera-se destacar lideranças protestantes à frente do processo educativo missionário brasileiro e analisar o seu processo de atuação, suas estratégias e seus métodos. Os campos temáticos que se pretendem explorar com o presente estudo dizem respeito à História da Educação e à História das Ideias Pedagógicas. A abordagem teórico-metodológica adotada ancora-se numa perspectiva historiográfica de revisão de literatura. Com isso, espera-se relacionar o tema central com os estudos supracitados para também compreender a inter-relação indivíduo/sociedade/educação à luz de diferentes teorias socioeducacionais, traçando um arquétipo da educação protestante em sua origem no território brasileiro.

Palavras-chave: Protestantismo. Educação, História da Educação e das Ideias Pedagógicas Brasileiras.

Introdução

Estudos que tratam sobre a contribuição da educação protestante podem ser vistos em Maria Lúcia Barbanti, quando elaborou *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens* (1977), e em Osvaldo Hack, ao escrever *Protestantismo e educação brasileira* (1985). Já Ramalho destacou, em “Prática educativa e sociedade” (1976), a influência da ideologia americana na prática educativa protestante; Leda Rejane Sellaro (1987) buscou reconstruir o processo histórico que possibilitou a implantação e o desenvolvimento da educação protestante no Brasil e, particularmente, em Pernambuco pelas missões norte-americanas; Peri Mesquida, em sua obra *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil* (1994), analisou a implantação e a prática educativa do metodismo de origem missionária norte-americana no Brasil no período de 1870 a 1930, com um enfoque na explicação e explicitação da dialética que uniu, na forma de um transplante cultural, um modelo de educação confessional típica de um contexto cultural diverso do da sociedade brasileira, e Ester Fraga Vilas-Bôas, por sua vez, abordou o tema na pesquisa *Origens da Educação Protestante em Sergipe: 1884-1913* (2000).

Embora o protestantismo tenha permeado grande parte do território nacional no período missionário, as produções que tratam sobre a sua relação com a educação, em sua maioria, são pouco exploradas, conforme destaca Vilas-Bôas:

Autores como Fernando de Azevedo e Jorge Nagle, apesar de terem analisado demoradamente a educação brasileira, são tímidos no que se refere à educação protestante. Um estudo mais específico foi desenvolvido por Jether Pereira Ramalho, onde tratou em profundidade sobre a temática e sua relação com a ideologia. Dentre outras pesquisas, destacam-se as obras de Peri Mesquida, Osvaldo Henrique Hack e Leda Rejane A. Sellaro. (2000, p. 1).

Nesse sentido, embora o Sistema Educacional Protestante exista no Brasil há mais de um século, a História da Educação Brasileira não tem lhe dado a ênfase esperada, de modo que aparece em maior destaque nas obras dos autores anteriormente mencionados e em produções de pesquisadores da sociologia, antropologia e ciências da religião ao recomporem a história das missões protestantes brasileiras, voltando-se, porém, à estratégia missionária lastreada na educação, mas não se debruçando com maior rigor sobre o aspecto pedagógico que envolveu tais ações.

Elementos norteadores da educação protestante no Brasil

Desde os momentos fundantes a sociedade brasileira recebeu a marca católica portuguesa como pedestal civilizatório. Com o objetivo de alargar as suas fronteiras e de se manter estável em meio às disputas em seus territórios nacionais, a Coroa uniu forças com a Igreja Católica, que, por sua vez, precisava recompor a força perdida para o protestantismo com a catequização de povos pagãos; por essa razão, a iniciativa de colonização pelos portugueses teve a serviço a Igreja como aporte de sua ação, como assinala Walter Altmann:

Apesar de sempre ter havido algumas vozes proféticas e independentes, a Igreja como instituição veio atrelada ao Estado e aos propósitos de conquista e dominação das coroas ibéricas. Pelo sistema do padroado, os sacerdotes e missionários eram funcionários reais. A serviço da coroa, a cruz se aliou à espada. (1994, p. 119).

No quesito educacional, em 1549 a Companhia de Jesus chegou à *terra brasilis* calcada no método pedagógico confessional, com o objetivo principal de catequizar os povos indígenas e fortalecer o catolicismo frente ao protestantismo que já despontara em muitos lugares da Europa. Essa organização, usualmente chamada Ordem Jesuíta, foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556). Segundo César Toledo e Flávio Ruckstadter, estes foram os intentos com a sua criação:

O descrédito da instituição havia se tornado algo comum; ela começou a definhar em quase todos os setores e até mesmo a agonizar em outros. Nesse sentido, a Companhia de Jesus surgiu como o fruto dos próprios esforços da Igreja Católica em se reformar, bem como das pressões exercidas pela Reforma Protestante e pelas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que a Europa atravessava. (2002, p. 106).

Os principais representantes desse movimento foram os padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira, que fundaram casas que seriam utilizadas como espaços educativos e de conversão e que durante longos anos foram a principal ação educativa na colônia brasileira, conforme atesta Ana Paula Menardi:

Estas casas, ou residências ou ainda recolhimentos, recebiam os meninos índios para serem catequizados e instruídos e se destinavam também a abrigar os padres aqui na colônia, bem como os órfãos vindos de Portugal e os da terra, a fim de lhes dar assistência e formação religiosa. [...] A vinda de órfãos de Portugal contribuiu grandemente como um motivador a mais para a já necessária construção de casas (residências ou recolhimento) e representou um reforço na conversão dos índios, uma vez que os jesuítas

utilizaram como estratégia de catequese e instrução os órfãos para atrair os meninos índios. (2010, p. 159).

Via-se nessa estratégia da Igreja Católica um trunfo para reagir ao protestantismo, explorar missões em outros continentes e expandir o catolicismo. A organização desse movimento assegurou-lhe prospectivos resultados ante a unidade que quase sempre repousou na Ordem, que, inclusive, era regida por Constituições, nas palavras de Toledo e Ruckstadter (2002, p. 108): “a rígida instituição, organizada militarmente, tem na sua organização hierárquica o seu ponto de equilíbrio. A obediência, nesse sentido, é a peça-chave do funcionamento deste motor que chamamos de Companhia de Jesus”, a qual estava disposta da seguinte forma:

Os colégios jesuíticos não admitiam meninos abaixo dos 10 anos. Dois tipos de colégios eram dirigidos pela Ordem, o inferior, que durava cinco ou seis anos, e o superior, de verdadeiro nível universitário. O currículo dos colégios inferiores era dividido em três classes de gramática, seguidas de uma quarta, chamada humanidades, e uma classe denominada de retórica. Nas universidades, filosofia, incluindo matemática e ciências naturais, eram estudadas durante três anos. [...] Como regra, somente os jesuítas preparados para a função eram admitidos a ministrar instrução. [...] A língua latina era tida como “o indispensável veículo para todo o saber”. O currículo dos colégios era uma sagaz combinação das sete artes liberais e o estudo de autores clássicos latinos selecionados. O uso da língua materna foi suprimido tanto quanto possível, e à língua e cultura gregas foi dado um papel subordinado. [...] As obras dos autores pagãos eram expurgadas; e onde era julgado necessário adaptar o texto para o uso da juventude cristã, eram acrescentadas notas. Nas universidades, a Matemática, as Ciências, e a Teologia escolástica eram estudadas. (EBY, 1976, p. 95)

Anos mais tarde, em 1759, os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras como parte das medidas propostas pelo Marquês de Pombal, que não concordava com muitas das ações da Ordem. Apesar das divergências que revestiam tal sistema educacional e da polêmica de sua pedagogia, Frederick Eby ressalta:

Conquanto o sistema jesuítico seja, indubitavelmente, o mais perfeito idealizado e praticado para controlar a personalidade humana por doutrinação, e conquanto tivesse sido um fator de difusão na educação de países católicos e até certo ponto mesmo nos protestantes, só pode ser considerado como o elemento ultraconservador na evolução da educação moderna. A Sociedade não tinha mensagem para a metade feminina da espécie. Por certas razões, ardentemente discutidas, limitou-se à educação de meninos acima de dez anos de idade. Este desprezo pela educação primária e elementar ocorreu numa época em que tanto a filosofia católica quanto a protestante acreditavam que as atitudes da criança eram determinadas antes dos sete anos de idade. Mais uma vez a filosofia jesuítica, rigidamente, exigia controle exclusivo na formação do menino, e não a dividiria com a

influência do lar ou de qualquer outra instituição. De forma mais significativa ainda, a Ordem não tinha programa para a educação das massas. Mesmo a Igreja, para a qual tinha sido organizada com intenção de servi-la com uma absoluta dedicação, incomparável em toda a história humana, não aprovou sua obra. Muito menos se adaptou à corrente irresistível para o esclarecimento de toda a humanidade. À Sociedade deve ser atribuída a iniciação da formação de professores e a assistência missionária em terras pagãs, e o estabelecimento de colégios na América Latina e outros países. (1976, p. 97-98).

De outro giro, a Reforma Protestante já havia eclodido na Europa e teve como principal artífice Martinho Lutero¹, responsável por denunciar os problemas da Igreja Católica do século XVI. Lutero questionou o *modus* salvífico, o uso das obras e dos signos e também apregou a necessidade do livre exame das Escrituras como instrumento necessário para a efetivação do sacerdócio universal, possibilitando a cada sujeito interpretar livremente as Escrituras. De acordo com Maria da Glória de Rosa, as razões desse importante acontecimento foram:

1º a corrupção em que havia caído grande parte do clero; entre os vícios apontavam-se: a simonia, a avareza, a degradação dos costumes, a ambição política, etc.;

2º os protestos de Wiclef, na Inglaterra, e João Huss, na Boêmia, nos séculos XIV e XV, contra o desvio da Igreja de suas primitivas crenças;

3º o desenvolvimento do espírito crítico da corrente humanista que acentuou o valor da personalidade e da individualidade livre ante qualquer coação exterior. (2004, p. 139).

A efetivação dessa nova acepção religiosa propugnava, como dito, o acesso de todos às Escrituras. Nesse sentido, segundo Manacorda (1992, p. 194), “tradicionalmente os movimentos populares heréticos promoveram a difusão da instrução a fim de que cada um pudesse ler e interpretar pessoalmente a Bíblia, sem a mediação do clero”. Essa associação da ação religiosa à ação pedagógica criara uma atmosfera de mudanças que foi capaz de conclamar as estruturas sociais para o despertar dos novos tempos e que resvalaram nos outros âmbitos da vida, como chama atenção Carlota Boto (2017, p. 71):

A Reforma protestante propugna a escolarização como ferramenta para a leitura da Bíblia, sem interposição de nenhum sacerdote, favorecendo a religiosidade das populações. Os reformadores voltavam-se também para a

¹ “Lutero nasceu em Eisleben, Saxônia, em 1483, e passou sua infância em Mansfield [...] mais tarde, frequentou a Universidade de Erfurt [...] após o seu curso, Lutero tornou-se monge agostiniano e foi chamado à faculdade da recém-fundada Universidade de Wittenberg. Ai, através da leitura das Escrituras, adquiriu a convicção de que a salvação vem através da fé e não como um resultado de boas ações. A partir de então, esta convicção tornou-se o motivo principal de tudo o que fez. Em 1517, quando pregou as suas noventa e cinco teses na porta da capela da Universidade, Lutero deu o primeiro passo na sua carreira de reformador.” (EBY, 1976, p. 53).

vida civil, acreditando no potencial da educação para a prosperidade dos povos. Favorecia-se um ensino coletivo, que deveria ser dirigido pelas municipalidades. [...] O aprendizado escolar seria racionalizado com o modelo dos colégios calvinistas que pretendem imprimir ordem e disciplina em uma escola que é vista como o lugar de preparo da juventude para o mundo do trabalho. Com a Reforma, haverá um deslocamento da reflexão pedagógica para advogar uma escola secularizada, racionalizada, institucionalizada e civilizadora. (2017, p. 71-72).

Esses princípios norteariam as missões protestantes que chegariam ao Brasil alguns séculos mais tarde, embora não tenham sido elas europeias, mas norte-americanas. Para Altmann (1994, p. 101), “quanto ao protestantismo [...] este veio à América Latina como a ‘religião do livro’. Isso é válido mais para as igrejas de missão do que para as igrejas de transplante, oriundas do fluxo migratório em diversos países do nosso continente”. No plano nacional, marcada pela presença do catolicismo desde o descobrimento, a sociedade brasileira recebeu de forma direta essa influência para a consolidação da cultura nacional. Apesar disso, os primeiros missionários evangélicos, quando aqui também chegaram, lançaram as bases para o desenvolvimento do protestantismo, mas também colaboraram para o processo de transformação social aqui estabelecido, entre tais aspectos, o educacional. Nesse intuito, os primeiros contatos do protestantismo na Ilha de Vera Cruz foram modestos, ainda na colonização. Mariana Silva (2011, p. 113) diz que “a ideia de colocar o protestantismo no Brasil falhou quando foram expulsos em 1.560, sendo o território posto novamente sobre o domínio português”, referindo-se a autora aos protestantes franceses huguenotes. Algumas foram as investidas em períodos subsequentes que de forma instável não puderam firmar bases. Somente no século XIX foi possível retomar a missão protestante. Segundo Léonard (1981, p. 118), isso se deu na primeira parte desse século com o “pastor norte-americano Daniel Parish Kidder, que percorreu o Brasil durante a minoridade de D. Pedro II, distribuindo bíblias”, com o propósito de tornar conhecidas e acessíveis as Escrituras Sagradas – ausentes até mesmo das principais bibliotecas públicas do país. Gicélia Santos Costa resume os movimentos protestantes desse período do seguinte modo:

Muitos imigrantes de diferentes ramos protestantes chegaram ao Brasil entre 1810 e 1840: os anglicanos (a partir de 1808), suíços (1819-1820), luteranos (1824) e posteriormente os metodistas (1835-1841), congregacionais (1855), presbiterianos (1859), e batistas (1860). O primeiro grupo (até 1859) foi categorizado pelos especialistas como “protestantismo de imigração” e o segundo como “protestantismo missionário”. O que diferencia é que, no caso dos primeiros grupos (protestantismo de imigração), sua preocupação inicial era apenas a de garantir o atendimento religioso na língua nativa, sem grandes interesses proselitistas. Já o protestantismo da segunda leva aportou no Brasil a partir de 1859 com um projeto claro de influenciar a sociedade

brasileira através do expansionismo de suas igrejas e da penetração em setores culturais. (2020, p. 129).

Constatando a necessidade de compreender bem a região que se pretendia explorar, considerando a presença de uma religião já firmada e hegemônica, os primeiros missionários anglo-saxônicos estabeleceram estratégias específicas a fim de lograr êxito no trabalho de missão. Acerca disso afirma Antonio Mendonça (2008, p. 121) que “quando o protestantismo chegou ao Brasil para ficar, em meados do século XIX, encontrou aqui uma religião já confortavelmente instalada, tendo já vencido, pelo menos aparentemente, todos os obstáculos”. Léonard (1981, p. 135) destaca que “duas ordens de circunstâncias favoreceram grandemente a propaganda estrangeira: as disposições do Imperador e a necessidade que o Brasil tinha de imigrante”. O uso da Bíblia como instrumento de culto, bem como o hinário de cânticos, contribuía para uma participação quase que forçada do ouvinte. Como princípio da Reforma, o livre exame das escrituras norteava a estratégia evangelizadora. Mendonça (2008, p. 141) afirma que “a educação, como estratégia missionária, nunca deixou de acompanhar os missionários norte-americanos”.

Não é difícil imaginar a pouca instrução da população nesse período, sobretudo, pelo modo de vida rural e pela pouca oferta de ensino nessas regiões. Mendonça (2008, p. 143-144) ressalta “[...] o analfabetismo do segmento da sociedade que lhes oferecia espaços para a tarefa conversionista, o dos homens livres e pobres da população rural”. Assim, a educação fornecia as bases para a disseminação partidária e se insurgia como ferramenta eficaz. Mendonça (2008, p. 144) assevera que “para atender a tal necessidade, os missionários colocaram ao lado de cada comunidade uma escola”. Nesse caminho, diferentemente do método educativo católico, a educação protestante evidenciou-se como uma estratégia missionária, mas também como uma ação de filantropia para essa parte da população desassistida pelas lideranças políticas e pela Igreja Católica, de ruptura com práticas já estabelecidas e de influência no sistema educacional vigente por suas práticas renovadas, quais sejam:

[...] o magistério feminino [...] o sistema de cantarolar as sílabas e a tabuada em coro foi substituído pelo método americano, intuitivo e silencioso, sem a excessiva memorização [...] introdução de várias novidades no ensino elementar, como regras da arte literária, ciências, recitação de poesias em português, francês e inglês, execuções musicais, canto ao piano, exercícios calistênicos, etc. [...] ensino da Bíblia [...] havia cânticos de hinos sagrados durante a aula. (MENDONÇA, 2008, p. 150-151).

Como mencionado, havia na educação protestante questões caras à época, como a promoção do ensino às classes menos favorecidas, a inclusão da mulher no processo de ensino-aprendizagem e uma busca por renovação nos métodos de ensino vigentes. Além disso, essa atuação possibilitou a criação de diversas instituições no país, dentre as quais algumas perduram até os dias atuais, conforme sumariza Fernando de Azevedo:

As escolas americanas no país, nos primórdios da República e em época em que a instrução ainda se achava em grande atraso, contribuíram notavelmente, em São Paulo, não só para a mudança de métodos como para intensificação do ensino. Fundam os protestantes grandes colégios, como o Mackenzie, em São Paulo, o Instituto Grambery, em Juiz de Fora, o Instituto Gammon, também em Minas, e os ginásios evangélicos da Bahia e de Pernambuco; incentivam a literatura didática que se enriquece com trabalhos de primeira ordem, no seu tempo, como a gramática de Júlio Ribeiro e de Eduardo Carlos Pereira, a aritmética de Trajano, as obras de Otoniel Mota e os livros de leitura de Erasmo Braga; e colaboram efizcamante na difusão do ensino popular, pelo sistema de escolas dominicais (apud HACK, 1985, p. 70).

É nessa conjuntura que a educação pública brasileira, especialmente no Sudeste, fora afetada por tais práticas pedagógicas, o que corroborou também a expansão e criação dos colégios protestantes no cenário nacional, como no exemplo de São Paulo, nos primeiros anos da República, ante o prestígio e o êxito alcançados por esses colégios, segundo Jether Ramalho, citado por Cesar Romero Vieira:

É inegável a contribuição dos colégios protestantes à educação pública paulista na renovação dos métodos pedagógicos, em detrimento da pedagogia essencialmente mnemônica e “monótona” das escolas públicas: na introdução da co-educação, contra a tradição católica de separação rigorosa de sexos; na dignidade na educação do sexo feminino, contra o preconceito à sua formação; na inovação curricular, com ênfase ao aspecto científico, contra um currículo essencialmente clássico, no qual as ciências físicas e naturais eram apresentadas quase sem o uso de laboratórios e experimentação; no princípio de liberdade de religião nas escolas e contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e no espírito de compreensão, ou mesmo de ternura, que permeava as relações entre professor-aluno, contra o autoritarismo baseado no princípio do magister dixit. (RAMALHO 1976 apud VIEIRA, 2002, p. 13).

Essa relação entre educação e religião, pautada num duplo interesse – promover o protestantismo e o desenvolvimento social local –, ao tempo que se oferecia uma educação inovadora, colaborava para a construção de uma elite intelectual, alumniada pela candeia da ética protestante e que criara uma atmosfera de inovações pedagógicas que romperam com o

status quo daquela época. Sobre a organização das escolas protestantes, dispõe João Marcos Santos:

O modelo de escola era o “paroquial”, aquele agregado a uma igreja, essencialmente rural, ou os colégios mais urbanos, nas capitais. A distinção fundamental reside no fato de que a primeira estava intrinsecamente associada à tarefa de inserção do protestantismo, através da leitura da bíblia e da participação nos ofícios religiosos, enquanto os colégios visavam o estabelecimento de uma cultura civilizatória cristã protestante, funcionando como uma forma indireta de evangelização, que pela inoculação de uma nova mentalidade ideológico-religiosa de caráter permanente e abrangente visava produzir a mudança da sociedade. (2007, p. 125).

Em que pese a propaganda religiosa em que repousava o protestantismo, havia também um aparato intelectual. O acesso, o estímulo e o ensino de leitura das Escrituras, coluna dorsal dessa acepção religiosa, propugnavam uma ação alfabetizadora, tornando-se um princípio civilizatório no Brasil oitocentista que despertou, inclusive, o interesse das elites. Conforme Mendonça (1984, p. 74), “as elites brasileiras, em grande parte liberal, não estavam interessadas na ‘religião’ protestante, mas na educação que os missionários ofereciam”. Aliás, para Rui Barbosa, muito se deve a essa educação:

O Protestantismo nasceu da liberdade da consciência individual, cuja consequência política é a liberdade religiosa; do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui a grande característica, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna. (1945, p. 164).

Sobre o tipo de educação que era ofertada pelos protestantes, notava-se uma preocupação em preparar um público para o Brasil que estava em transformação e que logo se tornaria República. A formação envolvia o aspecto ético e religioso, mas também profissional, visto que o valor pelo trabalho implicava uma consistente formação. Elevando-se e se consolidando o patamar educacional, se fortaleceria a religião e se efetivaria também a proposta do sacerdócio universal para os novos crentes que assumiriam as igrejas locais. Ramalho sumariza tais aspectos pedagógicos da seguinte maneira:

No estilo, características e ênfases das práticas educativas confessionais existentes na época, pode-se observar o confronto de duas posições: uma representando a de uma burguesia tradicional com resquícios de nobreza, fundamentalmente agrária ou agrária exportadora, onde a educação é voltada para a erudição, as etiquetas, a oratória, a literatura, a música erudita, tendo como língua estrangeira básica o francês; e a outra que procura instrumentar uma pequena burguesia e classe média ascendente, mais dinâmicas, menos tradicionais, ligadas em parte ao comércio, e a indústria nascente e a certos tipos de profissões liberais, com parcelas urbanas consideráveis, prática essa

que dá ênfase ao ensino prático, as nascentes demandas da sociedade, a eficiência medida pelo sucesso, ao trabalho, e tendo como língua estrangeira básica o inglês. Representam duas posições que servem para instrumentar setores diversos do grupo dominante (elites estabelecidas versus elites em formação), na disputa pela liderança do poder (1989, p. 12).

Santos, por sua vez, complementa:

O eco dessa formação, pessoal e profissional, deve constituir um resposno dentro da ordem social, incorporando valores como a disciplina racional ancorada na cooperação herdada da prática da liberdade. A ênfase na dimensão moral, de resto, tão cara ao protestantismo, reflete a convicção de que o objetivo da educação é a formação do caráter; onde a responsabilidade pessoal é o fundamento. Como forma de estimular o exercício democrático os pais são convidados a participarem do processo pedagógico, os alunos a formarem grêmios e associações, as eleições inter paris são incorporadas à rotina; atividades extra-classe ganham regularidade, pessoas alheias ao círculo da escola também são trazidas para conferências e outras ações, incorporando a comunidade na vida da escola, e traça-se o caminho para uma via cosmopolita e fraterna. O corpo, casa do espírito, merece cuidado, e o preparo do homem visa ao desenvolvimento integral, por esta via entra a prática esportiva, cujo efeito esperado é mais que o condicionamento físico e envolve também um espírito cooperativo. (2007, p. 143).

A bem da verdade, vê-se que, apesar de haver alguma semelhança nas estratégias missionárias adotadas pelos jesuítas e pelos protestantes (conversão), verifica-se na ação protestante lastreada na educação uma abertura aos princípios liberais que fortaleciam o respeito à liberdade do indivíduo e que viam na instrução do sujeito uma medida privilegiada para se alcançar a progressão social. Foi dessa luta que sucederam a defesa da República, da secularização e laicidade do Estado e outros princípios civilizatórios modernos.

Considerações finais

No presente trabalho, buscou-se, ainda que brevemente, explicar os elementos que forneceram as bases da educação protestante no Brasil oitocentista. Diante do modelo pedagógico oferecido pela Igreja Católica, que, apesar da contribuição prestada, não conseguiu atingir todas as classes e se prestava a um ensino confessional de forma doutrinal, a iniciativa protestante representou um avanço. Nos dizeres de Santos (2007, p. 141-142), “numa prática caracterizada pelo apego aos moldes tradicionais, a do catolicismo vigente, a proposta protestante consistia no esforço por produzir uma resposta às mudanças na sociedade imperial brasileira”.

Seja pelo currículo, pelo método de ensino, pela qualificação dos professores, pela inclusão da mulher, pela utilização de novas metodologias ou pelo contato com outras literaturas, a educação protestante forneceu bases para um ensino que pensava para além das tendas religiosas e compreendia essa ressonância na sociedade. Educando-se o sujeito, ele se tornaria útil socialmente.

É inegável, portanto, pensar em uma história da educação brasileira ou uma história das ideias pedagógicas brasileiras e sua separabilidade da atuação protestante no território nacional. A extensão da influência protestante na educação brasileira ainda carece de estudos mais aprofundados, todavia suas práticas pedagógicas podem ser vistas na instrução pública, bem como os colégios e universidades protestantes permanecem ativos em todo o território nacional como prova da força de sua inserção e atuação.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**, Tomo III, 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

BARBANTI, Maria Lúcia S. H. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo**: um estudo de suas origens. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

BARBOSA, Rui. **Discursos parlamentares (Câmara dos Deputados)**. Obras completas. v. VI e VII, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na Idade Moderna**. Campinas, SP: Papirus: 2017.

COSTA, Gicélia Santos. Protestantes na “Atenas Sergipana”: conflitos religiosos na inserção do presbiterianismo em Laranjeiras (1884-1899). In: CORREA, Marina Aparecida de Oliveira dos; SANTOS, Rogério Andrade dos; SANTOS, Joe Marçal G. (Coords.). **Religião em foco: Formação & Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2020.

EBY, Frederick. **História da educação moderna**: teoria, organização e práticas educacionais. Tradução de Maria Ângela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

HACK, Osvaldo H. **Protestantismo e educação brasileira**. São Paulo: Editora Presbiteriana, 1985.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e de história social. Trad. de Linneu de Camargo Schutzer. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** Tradução de Gaetano Lo Monaco. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII.** 2010. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **O Celeste Porvir: A inserção do Protestantismo no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.** Juiz de Fora: EDUFJF; S. Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

RAMALHO, Jether P. **Prática educativa e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROSA, Maria da Glória de. **A História da Educação Através dos Textos.** São Paulo: Cultrix, 1971.

SANTOS, João Marcos Leitão. Religião e Educação contribuição protestante à Educação Brasileira 1860-1911. **Tóp. Educ.**, Recife, v. 17, n. 1-3, p. 113-151, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22448>. Acesso em: 26 set. 2022.

SELLARO, Leda Rejane. **A Educação e religião.** Dissertação de Mestrado, UFPE, 1987.

SILVA, Mariana Maciel da. A Chegada Do Protestantismo No Brasil Imperial. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 26, set-dez. 2011.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 24, p. 103-113, p. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v24i0.2416>. Acesso em: 23 set. 2022.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. **Comunicações: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**, ano 9, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/issue/view/119>. Acesso em: 9 jul. 2018.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga. **Origens da Educação Protestante em Sergipe: 1884-1913.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.